

Governo terá alternativa à derrubada do veto ao mínimo, afirma Rigotto

O líder do governo no Congresso, deputado Germano Rigotto (PMDB-RS), disse que o governo terá uma alternativa a apresentar, caso o Congresso derrube o veto do presidente Fernando Henrique Cardoso ao projeto que aumenta para R\$ 100 o salário mínimo. Mas não adiantou qual seria essa alternativa, informou a Agência O Globo.

“A intenção do governo é deliberar sobre todos os vetos que estão no Congresso. Na hora que eles começarem a ser apreciados, o governo saberá acenar com um caminho a seguir”, disse Rigotto.

O líder acrescentou que, apesar dos argumentos contrários, a tese de que o mínimo de R\$ 100 causaria um rombo de R\$ 5 bilhões na Previdência ainda é o argumento mais forte do governo.

Rigotto disse que Fernando Henrique deu a entender na sua última entrevista coletiva que a questão terá uma solução do governo. O deputado disse que esteve hoje com o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Eduardo Jorge, com quem discutiu algumas questões envolvendo medidas provisórias polêmicas que entrarão em votação nas próximas semanas.

Ele disse à agência Brasil ver dificuldades na alteração do mecanismo de votação das emendas consti-

tucionais enviadas ou a serem enviadas pelo governo ao Congresso Nacional. Segundo ele, a atual Constituição, promulgada em 1988, tem regras rígidas que precisam ser seguidas na votação das emendas constitucionais, como duas votações na Câmara e duas no Senado, além de três quintos dos votos favoráveis.

Para o líder governista, nem é possível promover as reformas na Constituição para facilitar a tramitação e a votação das emendas constitucionais, pois qualquer mudança nas regras de votação das emendas seria facilmente derrubada pelo Poder Judiciário. Por isso, as emendas deverão ser votadas de acordo com o que estabelece a Constituição e os regimentos internos da Câmara e do Senado.

Do pacote de emendas à Constituição, o líder Rigotto acredita que as de ordem econômica determinam posições mais radicais, mas têm facilidade de ser aprovadas. As emendas da reforma previdenciária e tributária, segundo Rigotto, são amplas e mexem com maior número de pontos da atual Constituição, além de ser mais polêmicas. Ele acredita, portanto, que as emendas previdenciárias e tributárias vão exigir mais negociação e demandarão mais tempo para ser votadas.